

A relação entre sujeito e objeto na obra de Karl Marx

Fernando Ferreira ¹

161

Resumo

O presente estudo se propõe a analisar a relação estabelecida entre sujeito e objeto; estrutura e agência na obra de Karl Marx. Na primeira parte vamos resgatar a categoria de sujeito histórico como o proletariado. Num segundo momento apontaremos elementos para uma leitura do sujeito como o capital. Ainda na segunda parte mostraremos como estas perspectivas estão diluídas, cada um a seu modo, nos escritos do teórico analisado.

Palavras-chave: Marx, Marxismo, sujeito histórico, capital.

Resumo

Este estudio tiene como objetivo analizar la relación que se establece entre sujeto y objeto; estructura y agencia en la obra de Karl Marx. En la primera parte rescataremos la categoría de sujeto histórico como proletariado. En un segundo momento, señalaremos elementos para una lectura del tema como capital. En la segunda parte, mostraremos cómo estas perspectivas se diluyen, cada una a su manera, en los escritos del teórico analizado.

Palabras clave: Marx, marxismo, sujeto histórico, capital.

Abstract

This study aims to analyze the relationship established between subject and object; structure and agency in the work of Karl Marx. In the first part we will rescue the category of historical subject as the proletariat. In a second moment, we will point out elements for a reading of the subject as capital. In the second part, we will show how these perspectives are diluted, each in its own way, in the writings of the analyzed theorist.

Keywords: Marx, Marxism, historical subject, capital.

¹ Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2016) e mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2019). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS), e do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social (GEMPS). | fernandogoncalvesferreira@gmail.com



O proletariado como sujeito histórico

162

A crítica de Marx à dialética posta em termos idealistas pode ser apreendida em matéria de um descolamento de uma análise pautada em um conteúdo metafísico para uma análise ontológica, entendida aqui como o estudo do ser social, não em termos transhistóricos. A dialética *posta sobre seus próprios pés* pode ser compreendida como uma dialética das formas de ser, das determinações da existência na particularidade de cada momento histórico. De forma mais acabada, pode-se dizer que é a dialética das categorias. No entanto, tanto Hegel, expressão maior do pensamento dialético idealista, quanto Marx, partem de um pressuposto da relação entre sujeito e objeto de forma coletiva. O sujeito não se apresenta em condições de um indivíduo abstrato, como pressupõe o individualismo metodológico burguês, antes de uma coletividade social, da humanidade e especificamente de classes sociais. O sujeito entendido aqui é sempre um nós. Nesta questão os dois autores se afastam do subjetivismo de Kant à Schelling. Por outro lado, Marx supera dialeticamente o pensamento hegeliano ao conceber o sujeito e o objeto como autodeterminantes e complementarmente contraditórios. Não há um sujeito pressuposto que se autodesenvolve aprioristicamente como um vir a ser no mundo, de forma que o sujeito precisa ser compreendido como sujeito concreto e determinado em dado período histórico. É conhecida a frase de O 18 de Brumário (MARX, 2011b, p.25) de que “os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Certamente isso não nos remete a uma análise de Marx como sendo nem evolutiva nem contingente, mas como determinadamente aberta dentro das possibilidades postas.

Assim como Marx não pretendeu compreender as formas pelas quais a humanidade não foi capaz de produzir sua própria história legada do passado ao presente em cada período histórico, não é nem poderia ser este o nosso objetivo aqui. Antes, torna-se necessário pensar estas contradições no marco deste período histórico, desta sociabilidade, da sociedade burguesa. Nesse sentido, como Marx e parte da tradição marxista apreende tais determinações no capitalismo.

Voltando a questão posta no 18 de Brumário, se as mulheres e homens não fazem a história como querem, quais são os meios pelos quais são condicionados, além do legado histórico progresso? É somente o peso



do passado que impõe ao presente esses condicionamentos à construção histórica? Quais são as determinações pelas quais os sujeitos tornam-se predicados de sua própria história? É exatamente a contradição dialética que pode nos responder tais questões. A agência humana está sempre condicionada pelas estruturas pelas quais, ainda que criadas pelos próprios seres humanos, nos submetem, não sem resistências e conflitos, a elas mesmas. Em outras palavras, os seres humanos não fazem sua história como querem, ainda que a façam. No entanto, ainda que o passado imponha as possibilidades e condicionamentos para a humanidade, existe um segundo elemento que se levanta como trava à agência dentro de tais circunstâncias dadas historicamente. Este é o elemento da dominação. É certo que esta determinação não é um pressuposto lógico da forma social capitalista que se realiza como imperativo absoluto, havendo, entretanto, uma contradição posta onde a negação da forma social capitalista é sempre compreendida como possível *força material*.

A questão central é entronizar até que ponto as condições determinadas impõem ao sujeito o condicionamento de não fazer sua própria história? Até que medida os sujeitos fazem sua história? Quais são os elementos pelos quais tais estruturas legadas do passado tornam-se sujeitos da história e até que ponto os seres humanos tornam-se objetos sob a forma de dominação capitalista. Certamente todo esse conjunto de questões passa pela dialética da contradição entre práxis e estranhamento, entre o passado e o presente e entre agência e estrutura.

A vasta obra marxiana expõe tais contradições, ora dando acento na práxis humana e na importância da transformação social, isto é, da agência humana, ora apontando como o estranhamento impõe sua própria dinâmica ao movimento do real. Em última análise, Marx oscila entre o papel político e humanista de apontar para um *dever ser*, de tomar partido em favor da práxis, ora de apontar as determinações próprias do ser, de como o estranhamento cumpre, na sociabilidade burguesa, o papel do sujeito e a estrutura se apresenta como o próprio agente, a força motriz pela qual os seres humanos são balizados a não fazerem a história como querem, isto é, em favor da realização de seus próprios interesses coletivos.

É certo que Marx não nasce pronto, mas todo e qualquer postulado de uma ruptura no pensamento marxiano entre o jovem e o maduro, o filósofo e o economista, o prático e o teórico é mera querela ideológica. Antes existe um fio condutor que atravessa toda sua obra entre o pensar e o propor, o conhecer e o criticar e, por fim, de expor as fraturas desta forma



social e suas formas de dominação para fornecer as bases para a agência humana na modernidade, sem que a necessidade de transformar a realidade influenciasse sua análise a ponto de escamotear determinados elementos dela mesma. Marx não só tinha uma posição política em sua forma de pensar e escrever, nem o pensar pelo pensar (como os neokantianos) movia sua obra. É a unidade de tais determinações que formam o fio condutor a que me referi anteriormente.

Por determinações ideológicas e filosóficas esta estrutura interna do pensamento marxiano foi quase sempre rompida na tradição marxista em todo século XX. Do estruturalismo althusseriano ao marxismo analítico de Cohen, da falsa dualidade entre economicismo e politicismo ao marxismo de cariz positivista da segunda internacional, todos estes preservam um traço que os distinguem de Marx, a saber, a carência da dialética como determinação central da análise. Em contrapartida diametralmente oposta, mas não menos vulgar, a vertente voluntarista esvazia toda análise ao tomar como pressuposto de toda compreensão a própria ação, esvaziando as mediações analíticas pelas quais se permitem compreender as formas essenciais de dominação imposta pela sociedade produtora de mercadorias. No entanto, o mesmo século XX foi o período histórico onde o marxismo mais floresceu desde Marx com as obras de Lukács, Gramsci, Ernest Mandel, a Escola de Frankfurt, etc. Nesse sentido, uma análise que se pretende seguir os passos da compreensão histórica a partir da teoria marxiana entre sujeito e objeto, agência e estrutura, etc., deve levar as duas dimensões em conta: a primeira, a razão dialética e o materialismo histórico, isto é, o próprio método como fio condutor; a segunda, a análise do real a partir da compreensão do ser e a proposição do *dever ser* sempre no sentido, em termos analíticos, da totalidade da vida social, evidenciando a compreensão para a transformação radical da sociedade.

O percurso da filosofia ocidental sempre colocou como questão central a relação entre sujeito e objeto. Às vezes explicitamente, e por outras tomadas como pressuposta. Nosso objetivo é apresentar como este debate aparece na teoria social de Marx tomada sob três aspectos: primeiro, em como Marx concebe esse debate no que se refere ao ser de forma genérica, como agente consciente, isto é, a sua concepção de sujeito na história; segundo, como Marx concebe o sujeito histórico como o proletariado e o seu papel na particularidade histórica do capitalismo; e terceiro, como a teoria do fetichismo da mercadoria apresenta a mercadoria como um sujeito sob o prisma da reificação das relações sociais no capitalismo. Esta tarefa



pressupõe trazer à baila determinações que extrapolam o aspecto sociológico, precisando ser compreendido em seu aspecto histórico, político e filosófico, isto é, na totalidade de seu pensamento.

Com relação ao ser genérico, é seguro dizer que, ao analisar o trabalho como a relação eterna do homem com a natureza, no sentido de transformá-la para satisfação de suas necessidades, Marx deixa claro o lugar do sujeito, ente que projeta teleologicamente a objetivação. O sujeito como o elemento consciente e que age sobre a matéria ou a natureza. Mas não é tão simples quanto se apresenta. Marx aponta que homem e natureza são determinações relacionais que só são possíveis na medida em que o seu oposto existe, mediando sempre as relações dos homens consigo mesmos neste processo. Numa longa citação de Marx isto se evidencia:

Vimos como, sob o pressuposto da propriedade privada positivamente suprasumida, o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem; assim como [produz] o objeto, que é o acionamento (*Betätigung*) imediato da sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência para o outro homem, [para] a existência deste, e a existência deste para ele. Igualmente, tanto o material de trabalho quanto o homem enquanto sujeito são tanto resultado quanto ponto de partida do movimento (e no fato de eles terem de ser este *ponto de partida* reside, precisamente a *necessidade* histórica da propriedade privada). Portanto, o caráter *social* é o caráter universal de todo movimento; *assim como* a sociedade mesma produz o *homem* enquanto *homem*, assim ela é *produzida* por meio dele. A atividade (*Tätigkeit*) e a fruição, assim como o seu conteúdo, são também os *modos de existência* segundo a atividade *social* e a fruição *social*. A essência *humana* da natureza está, em primeiro lugar, para o homem *social*; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de *elo* com o *homem*, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como *fundamento* da sua própria existência *humana*, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana. É primeiro aqui que sua existência *natural* se lhe tornou a sua existência *humana* e a natureza [se tornou] para ele o homem. Portanto, a *sociedade* é a unidade essencial completada (*vollendete*) do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da



natureza levado a efeito (MARX, 2010b p. 106-107, grifos do autor).

O trecho supracitado dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* é uma passagem brilhante em que Marx estabelece claramente a relação de causalidade entre ser social e natureza, onde ainda que sujeito e objeto se autodeterminem, preservam, cada um, a sua manifestação autêntica. É certo que neste ponto de seu percurso intelectual, Marx ainda preserve elementos como *essência humana*, remetendo-se claramente ao materialismo feuerbachiano. Todavia, Marx já dispõe de elementos sólidos para a crítica de Hegel em sua concepção filosófico-abstrata da relação entre sujeito e objeto, apontando que:

Hegel põe no lugar daquelas abstrações fixas o ato da abstração girando em si; por isso, ele tem o mérito de ter mostrado primeiramente os lugares de nascimento de todos esses conceitos impróprios pertencentes, segundo sua data de origem, a filósofos singulares; tê-los conjuntamente apreendido e, em vez de uma abstração determinada, ter criado como objeto da crítica a abstração que tenha a ver com o circuito todo (por que Hegel separa o pensar do *sujeito*, veremos mais tarde; mas está já evidente que se o homem não é humano, também sua externalização da essência (*Wesensäusserung*) não o pode ser; portanto, também o pensar não podia conceber-se como externalização da essência do homem como sujeito humano e natural, com olhos, ouvidos etc., vivendo na sociedade, no mundo e na natureza) (Ibidem p. 135, grifos do autor).

Com essa argumentação, fica clarividente a evocação de Marx por um sujeito humanamente concreto, *com olhos, ouvidos etc.* Agora não mais o Espírito é o sujeito, mas o ser social concretamente determinado e histórico. A partir desta noção de sujeito, Marx chegará à síntese (supracitada) de seu entendimento sobre o sujeito-humano ao afirmar, em seu *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*, que “os homens” – entendidos amplamente como seres humanos – “fazem a sua história; ainda que não a façam de “livre e espontânea vontade”. (MARX, 2011b, p. 25).

Ora, se é pela via do *trabalho*, isto é, pela relação que os seres humanos estabelecem com a natureza, que o ser social se constitui e desenvolve, seria mais ou menos acertado dizer que, para Marx, os seres



humanos são os sujeitos, aqueles que fazem a sua história, sob condições postas. Ao estabelecer o ser social como sujeito-humano, aquele que atua conscientemente sobre a matéria, (o objeto e, no limite, a sociedade) fazendo sua história (ainda que limitadamente), Marx deriva sua teoria do sujeito histórico. É precisamente neste ponto em que o sujeito na história se transforma em sujeito histórico para Marx: a classe que trabalha. O sujeito histórico se apresenta como a classe que não tem mais nada a perder senão seus próprios grilhões, o proletariado. É certo também, que esta escolha não é uma aposta cega, mas é resultado da análise processual das lutas sociais, onde o proletariado se apresentava como o protagonista de tais lutas, sendo a teoria do mais-valor fator central para reafirmar este estabelecimento.

A Crítica da filosofia do direito de Hegel (1843) é o primeiro passo que Marx dá em direção à constatação do proletariado como sujeito histórico, o que confirma a tese filosófica do sujeito como os seres humanos e o objeto como a natureza, ou neste caso, a sociedade. Neste ponto, as preocupações que rodeiam Marx, em seu debate com Hegel, são exatamente as questões do Estado e da Sociedade Civil que podem parecer laterais a este debate, mas não o são. Ao criticar a proposição hegeliana de que o Estado seria a base da Sociedade Civil, salientando exatamente o seu contrário, Marx afirma um passo importante rumo a solidificação do seu materialismo histórico. Ademais, ele propõe essa inversão a partir do pressuposto das classes sociais que compõe a estrutura dessa sociedade civil, agora não mais como massa indiferenciada, e nesta inversão, o trabalho, na persona do proletariado, ocupa um lugar de destaque. É na *Introdução* deste texto, escrita entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844 que Marx aponta diretamente para o proletariado como sujeito histórico. Dizendo:

Eis a nossa resposta: na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano, que não se encontre numa oposição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera, por



fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o proletariado (MARX, 2010a p.156).

Essa tese de Marx ganha mais fôlego a partir do desenvolvimento das lutas sociais na Europa, com destaque para a Prússia. Neste mesmo ano, me refiro aqui a 1844, eclode a revolta dos tecelões silesianos, que é massacrada pelo rei Frederico Guilherme IV, diga-se, na segunda tentativa de derrubar a revolta. Com a pretensão de analisar este acontecimento no calor do momento, Arnold Ruge, amigo de Marx, escreve um texto intitulado O Rei da Prússia e a Reforma Social, assinado um prussiano na revista *Vorwärts!* [Avante!] em julho, que é imediatamente respondido por Marx em agosto desse mesmo ano na mesma revista. O texto de Marx, intitulado *Glosas Críticas ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma social: de um Prussiano*, que ficou conhecido apenas como *Glosas Críticas* ou *Glosas Marginais*, é o texto que confirma a tese de Marx sobre proletariado como sujeito histórico em uma dimensão mais concreta do que na *Introdução*, visto que parte de uma luta social que, ainda que massacrada, está inscrita na realidade social, isto é, como movimento do próprio real.

Ainda que seja um texto de resposta ao artigo de Arnold Ruge no calor dos acontecimentos, este é um texto bastante rico do ponto de vista teórico, nele Marx analisa o Estado e o pauperismo tendo como base, ainda que incipiente da crítica da economia política, muito influenciado pelo texto de Engels sob o título de *Esboços para a crítica da economia política*, lido meses antes por Marx. É certo que o autor avançou bastante entre os dois textos supracitados. Nesse meio tempo, ele escreve os manuscritos de 1844 que ficaram conhecidos como *Manuscritos de Paris*, onde aponta também para o proletariado como sujeito da transformação social da ordem burguesa (já apontados). Nesse sentido, entre a *Introdução* e a *Glosas Críticas*, passando pelos *Manuscritos de Paris*, Marx vai consolidando sua visão do proletariado como sujeito da transformação social, saindo de uma defesa ética desta classe trabalhadora para uma constatação a partir da própria imanência das lutas sociais.

A descoberta da categoria do mais-valor é importante nesse sentido. Em dois textos, separados por 16 anos, me refiro à *Trabalho assalariado e*



capital e Salário, preço e lucro, Marx analisa a produção capitalista do ponto de vista da classe trabalhadora, reafirmando a tese do sujeito histórico e da necessidade da formação desse sujeito.

Não é nossa intenção fazer um excuro filológico da obra de Marx, apenas mostrar como o sujeito aparece em suas obras e é possível afirmar, com algum grau de certeza, que o proletariado é o sujeito histórico na particularidade da sociabilidade burguesa.

No entanto, ao passo em que sua compreensão sobre o caráter da modernidade vai consolidando, ele percebe que este *sujeito autêntico* tende a revelar-se aparentemente como *predicado* nesta sociabilidade. Sobre este aspecto, apenas os *Manuscritos de 1844*, os *Grundrisse* e *O Capital* preservam um fio condutor que resume o esforço de apreender as formas pelas quais o sujeito aparentemente troca de lugar com o objeto. Primeiro pela análise do estranhamento, passando pelo fetichismo do dinheiro e chegando no fetichismo da mercadoria. É preciso dizer que o esforço dessa compreensão sempre esteve associado à necessidade de recolocar esse mesmo sujeito no seu devido lugar. Podemos dizer que o percurso que Marx faz é o de (num primeiro momento) reconhecer o proletariado como único sujeito capaz de pôr pelos ares o capitalismo. Num segundo momento, reconhece as manifestações pelas quais o proletariado é eclipsado pela forma mercadoria, o que dificulta a ação do primeiro para pôr pelos ares a segunda. O terceiro momento é o esforço teórico e político de expor as duas primeiras determinações para uma transformação radical do capitalismo.

Antes de adentrarmos no centro do debate em questão, é preciso colocar de antemão a existência de duas entradas para este. Não resta dúvida sobre a relação sujeito e objeto na interpretação de Marx da generalidade histórica. O sujeito é o ser humano, o objeto é a natureza, a sociedade, etc., mas na medida em que o proletariado se apresenta como sujeito histórico, concomitantemente a mercadoria, ou a forma de relação baseada na produção de mercadorias, aparenta tornar-se o próprio sujeito. Em resumo, na especificidade da sociabilidade capitalista, existe, na obra marxiana, duas análises distintas sobre quem seria o sujeito. O proletariado ou a mercadoria. Isso não é tão simples, visto que as mercadorias são coisas, as relações sociais que produzem e trocam mercadorias, por sua vez, são relações humanas. A mercadoria só *ganha vida* a partir do estabelecimento das relações sociais capitalistas, em outras palavras, as relações entre pessoas passam a ser mediada por coisas, portanto, as primeiras tendem a ser subsumidas pelas segundas. Vejamos a questão mais de perto.



O imperativo do capital é a auto-valorização do valor, nesse sentido, toda produção e relações sociais pautadas na troca de mercadorias na sociabilidade burguesa, seriam o suporte oco preenchido pela coisa, pelo produto do trabalho humano no capitalismo, pela própria mercadoria como fim em si. Dizendo de outra maneira, Marx analisa a forma capital como dinheiro ou mercadoria que, posta em processo produtivo, valoriza-se pela mediação do trabalho humano. A força argumentativa da categoria capital reside na compreensão de que este, partindo dos pressupostos desta forma de relação, impõe à dinâmica das relações sociais uma forma nova de relação/dominação. Não necessariamente apenas uma dominação de uma classe sobre outra, como historicamente compreendida, mas como uma dinâmica de dominação abstrata da própria forma mercadoria (materializada no dinheiro) aos seres humanos. A compreensão de capital como dinheiro previamente acumulado e investido num processo produtivo, pondo em movimento a atividade humana é a exposição formal de como as relações no capitalismo se apresentam.

Olhando por esse ângulo, abre-se uma via de compreensão do capitalismo, uma nova lente analítica, conhecida como a tese de que Marx tivera pensado no sujeito histórico da forma social capitalista como sendo o próprio capital, isto é, o valor que se valoriza. Não apenas nos escritos da juventude, como nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, mas também nos *Grundrisse* onde aponta claramente para esta proposição e na sua obra mais substancial, *O Capital*, especialmente no capítulo I e IV (MARX, 2013). Não há dúvida de que existe a possibilidade desse tipo de leitura em Marx. Certamente o valor adquiriria o mesmo estatuto do *Gaist* para Hegel, como um posto lógico que se desenvolve de forma imanente, mas não sem contradições. Se partirmos dessa tese para a compreensão da dialética entre sujeito e objeto em seu pensamento, onde o capital se apresenta como o Espírito Absoluto, isto é, o tólos da história, aos seres humanos, conseqüentemente restaria o estatuto de objeto. Essas diferentes e, em certa medida, contraditórias formas de compreensão da realidade social a partir da obra de Marx, iluminam diferentes formas de análise teórica e ação prático-político do sentido da modernidade e da revolução social.

Por supor que Marx esclarece melhor esta questão nos manuscritos de 1857-1858 e para compreender melhor como essa determinação aparece em sua obra da maturidade, analisaremos os *Grundrisse* de forma mais detalhada no tópico seguinte.



Grundrisse e a relação entre sujeito e objeto em Marx

Os Grundrisse, texto escrito na Inglaterra em 1857-1858, é onde Marx desenvolve o início de sua crítica mais fecunda ao capitalismo, traçando a arquitetônica do capital. Esse texto é escrito no contexto de uma crise mundial, deflagrada nos Estados Unidos em 1857, de magnitude sistêmica.

Adentrando a obra que se constitui o laboratório de Marx, vemos que a divisão interna dos manuscritos é feita com uma Introdução, intitulada *Produção, consumo, distribuição, troca (circulação)*, um primeiro capítulo do dinheiro² e o segundo capítulo do capital.

No primeiro capítulo, há uma espécie de acerto de contas com dois economistas, nomeadamente com “Bastiat e Carey”. Marx critica a intenção dos autores de harmonizar as contradições postas já nas obras de autores da economia política clássica, de Smith à Ricardo. Tratava-se de “provar a harmonia das relações de produção ali onde os economistas clássicos ingenuamente retratavam seu antagonismo” (MARX, p. 28). É importante ressaltar que, ainda que a economia política clássica não harmonizasse tais relações, as tornavam naturais. Aqui evidencia-se que Marx faz uma dupla crítica: de um lado, a naturalização posta pelos economistas políticos clássicos e de outro, a harmonização como tentativa de escamotear o desenvolvimento dos pressupostos da mesma economia política até o limite³, como forma de restauração conservadora desta última pelos dois economistas não clássicos, mas segundo Marx, um tanto originais.

No capítulo da introdução, Marx faz uma estranha divisão entre subcapítulos começando pela “A produção em geral”, passando pelo tema “A relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo” e chegando ao subcapítulo “O método da economia política”. Há ainda duas páginas pelas quais Marx alude ao debate que apenas enceta de modo esquemático sobre a “Produção. Meios de produção e relações de produção. Relações de produção e relações de intercâmbio. Formas de Estado e de consciência em relação às relações de produção e de intercâmbio. Relações jurídicas. Relações familiares”. Há de se fazer referência ao capítulo do *método* onde

² Publicado sob o título de “*Para a crítica da economia política*”.

³ Visto que segundo Bastiat e Carey, toda a arquitetura da crítica da economia política “tem seu pressuposto teórico nas obras da própria Economia clássica, especialmente em Ricardo, que tem de ser considerado sua expressão última e mais perfeita



Marx aponta que na relação histórica de formações sociais mais ou menos desenvolvidas, as formas mais desenvolvidas sempre preservam potencialmente a explicação das menos desenvolvidas. A exemplo da relação entre a renda da terra e o capital, Marx coloca que a primeira não pode ser compreendida sem a segunda, mas que o seu inverso é perfeitamente possível. Apontando que “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina” (ibidem, p. 60), sendo este o ponto de partida para se compreender as outras formas de exploração/dominação. É certo que esta expressão usada por Marx aponta para o processo de compreensão da realidade, circunscrita ao método, às disposições das categorias que vão do real ao pensamento, do concreto ao *concreto pensado*. O capital (que é o valor que se valoriza), esta relação social, é exatamente o centro de todas as abordagens e críticas marxistas.

Mas nada disso até aqui remete ao objeto de nosso interesse neste trabalho, a saber: a relação entre trabalho e valor; sujeito e estrutura e força produtiva e relação social de produção. É no próximo capítulo que Marx apresenta tais relações. É no “Capítulo do dinheiro” que ele começa a penetrar no caráter aparentemente místico das relações sociais no capitalismo, e de como o valor exerce esta dominação impessoal pela via do trabalho abstrato sobre os seres humanos.

Depois de uma longa abordagem da obra do proudhoniano Alfred Darimon sobre a relação das reservas metálicas dos bancos, neste caso o francês, e os títulos descontados pelos bancos, Marx avança pelo que consideramos central para o nosso debate neste capítulo, a questão do trabalho abstrato e conseqüentemente o dinheiro como mediação social.

Marx parte do apontamento de que o desenvolvimento histórico da divisão social do trabalho no capitalismo, articula uma interdependência da produção e apropriação dos distintos resultados dos trabalhos concretos pela via do valor de troca.

A dissolução de todos os pressupostos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si (ibidem, p. 104).

No que se refere à produção, fica pressuposto que a própria divisão do trabalho de modo geral já engendra tal processo. A particularidade histórica do capitalismo se manifesta apenas quando a forma trabalho



abstrato (tendo como forma o valor de troca e conteúdo o capital) se universaliza, solapando as formações sociais mais primitivas, que a apropriação das diferentes expressões do trabalho em geral é pressuposta pela mediação do trabalho abstrato, isto é, quando a forma valor (usada ainda como valor de troca por Marx neste momento) se universaliza como predominante é que surge tal possibilidade. O valor corporificado na forma mercadoria e dinheiro é a mediação social que engendra esta dependência recíproca, não mais o conteúdo concreto das necessidades imediatas da troca dos produtos do trabalho humano em geral. Nas palavras de Marx, “essa dependência recíproca se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador geral” (Ibidem, p. 104).

Não é que haja uma separação entre valor de uso e valor na produção de mercadorias, pelo contrário, essa dualidade inextrincável da forma que a produção da riqueza assume no capitalismo é patente, antes, a observação notável feita por Marx é que a forma valor de troca (valor) é a mediação social entre os indivíduos, é a determinação que alinha todas as relações sociais circunscritas na forma social capitalista. O que corrobora no seguinte parágrafo:

A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no *valor de troca*, e somente nele a atividade própria ou o produto de cada indivíduo devêm uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o *valor de troca*, ou este último por si isolado, individualizado, *dinheiro*. De outro lado, o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso. A atividade, qualquer que seja sua forma de manifestação individual, e o produto da atividade, qualquer que seja sua atividade particular, é *valor de troca*, *i.e.*, um universal em que toda individualidade, peculiaridade, é negada e apagada. Na verdade, essa é uma situação muito distinta daquela em que o indivíduo, ou o indivíduo natural ou historicamente ampliado na família ou tribo (mais tarde, comunidade) reproduz-se diretamente com base na natureza ou em que sua atividade produtiva e sua participação na produção são dependentes de



uma determinada forma de trabalho e de produto, e sua relação com os outros é determinada da mesma forma (Ibidem, p. 105, grifos do autor).

Ora, se a mediação social que determina todas as relações sociais no capitalismo é a mediação do valor, se é pela via do trabalho, que do ponto de vista do capital importa que seja a medida do valor e do dinheiro que as relações sociais são postas nesta particularidade histórica, a forma de dominação, segundo Marx, se dá pela mediação *coisal*.

174

Neste sentido, Marx retoma a perspectiva que de certa forma não é inédita nem limitada aos Grundrisse que é a dominação impessoal pela via do valor e da mercadoria. Esta compreensão da sociedade burguesa aparece, como dissemos, em seus estudos de juventude já em 1844 nos manuscritos de Paris e aparecerá também em *O Capital* pela via do fetichismo da mercadoria. A categoria da exploração de uma classe sobre outra deverá sempre ser compreendida na perspectiva da dominação reificada da mercadoria sobre as relações sociais, ainda que, por vezes, não sejam exclusivamente apreendidas desta forma.

Esta determinação, da dominação abstrata da mercadoria e do trabalho como fonte de valor, rearticula toda potencialidade de crítica da sociedade burguesa, do modo de vida e do que seria uma sociedade emancipada, pondo o acento de todo projeto da crítica da economia política tanto à exploração em si, meio sintomático pelo qual se manifesta esta dominação, quanto e, sobretudo, a própria dominação *per si*. Visto que esta nova forma de dominação sustenta tanto a reprodução material quanto a reprodução espiritual, ideológica, etc., da sociabilidade burguesa. Residindo aí a força potencial do marxismo enquanto crítica do mundo burguês.

Cada indivíduo possui o poder social sob a forma de uma pessoa. Relações de dependência pessoal (de início, inteiramente espontâneas e naturais) são as primeiras formas sociais nas quais a produtividade humana se desenvolve de maneira limitada e em pontos isolados. Independência pessoal fundada sobre uma dependência *coisal* é a segunda grande forma na qual se constitui pela primeira vez um sistema de metabolismo social universal, de relações universais, de necessidades múltiplas e de capacidades universais. A livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social, é o terceiro estágio. O segundo



estágio cria as condições do terceiro. Por isso, as condições patriarcais, bem como as antigas (justamente como as feudais), declinam com o desenvolvimento do comércio, do luxo, do *dinheiro*, do *valor de troca* na mesma medida em que com ele emerge a sociedade moderna (Ibidem, p. 106, Grifos do autor).

A estrutura de dominação social e de dependência coisal pressupõe não só a conformidade e aceitação harmônica desta dominação por parte do sujeito (e de certa forma de classe social), mas suas próprias contradições expressam as possibilidades do engendramento das formas de resistência e emancipação. A contradição dialética entre estranhamento e práxis está explicitamente posta na obra de Marx. Precisa-se ter claro, no entanto, qual é o polo pelo qual erradia esta dominação abstrata. Não se trata apenas da dominação de classe pela via da propriedade privada, antes, estrutura-se na forma pela qual produzimos as mercadorias e como tais exercem essa dominação.

Por esse ângulo, partimos da hipótese de que não há em Marx uma leitura dicotômica, no que se refere a dominação, entre o fetichismo da mercadoria, das classes sociais e formas particulares. Ambas são *formas de ser* constitutivas das relações sociais onde predomina a troca generalizada de mercadorias. Não há uma hierarquia categorial explicativa que exprime a diferença no grau de importância em conteúdo valorativo. Todavia, consideramos que há a condição pela qual certa categoria pode conter em si os elementos explicativos de outra ou de outras. Em outras palavras, certas categorias preservam elementos que permitem mais mediações e são mais totalizantes. O que evidencia isto é o nível de abstração que esta categoria exige para sua apreensão. A crítica feita a forma de dominação de classe é pertinente e preserva um conteúdo sensível quando exposta, visto que aponta para as personas que se relacionam enquanto trabalhadores e capitalistas. Explicitar, por outro lado, a dominação do trabalho abstrato, portanto da mercadoria, é muito mais complexo e pressupõe que se faça um número maior de mediações. A crítica feita à dominação de classe geralmente é atribuída a forma desigual com que o valor é distribuído.

É certo que a dominação de classe é anterior à dominação reificada, visto que historicamente as classes sociais como servil e escravista já estabeleciam formas de dominação que precedem a capitalista, sendo a dominação reificada possível apenas a partir da universalização da troca que só é possível com o excedente. Em outras palavras, é com o desenvolvimento da sociedade moderna, onde a objetivação da forma



mercadoria se universaliza, que se torna possível tal dominação objetiva e subjetiva. Este é um elemento qualitativamente novo na história da humanidade, onde o produto do trabalho humano articula e arma todas as relações sociais.

Outra diferença qualitativamente nova com o desenvolvimento da sociedade burguesa é que a dominação de classe não se apresenta explicitamente de forma coercitiva, antes se manifesta sob a falsa condição de liberdade, a liberdade de venda da força de trabalho no mercado, reservando a dominação de classe à condição na forma objetiva de garantia das necessidades materiais de vida e existência e, por outro lado, a dominação subjetiva como forma ideológica, isto é, como falsa consciência que entifica-se no mundo material.

Por sua vez, a centralidade que o trabalho assume no capitalismo não se apresenta imediatamente desta forma, exposta à primeira vista. Ela se apresenta como centralidade do capital, sobretudo na sua forma elementar, o seu equivalente universal, o dinheiro. No entanto, fica claro que, ao tomar como ponto de partida a teoria do valor trabalho, Marx chega ao trabalho como fonte do valor e neste momento desnuda o caráter aparente do dinheiro e a especificidade do trabalho como mediador das relações sociais. Capital é, em sua essência, a forma que se vivifica com o conteúdo do trabalho (abstrato), como observamos acima.

É a partir da alienação total das capacidades de viver sem a submissão do trabalho ao capital (o espraiamento do trabalho assalariado), que o trabalho passa de uma das determinações da vida social para transformar-se na mediação central da vida social, isto é, os seres humanos passam a se relacionar a partir da sua subordinação como trabalhadores ao capital. Não se relacionam mais como sapateiro, alfaiate, padeiro, professor, etc., mas como produtores de valor. A determinação central da vida humana é deslocada no capitalismo para o trabalho abstrato.

Neste sentido, a relação entre os homens passa a ser subsumida a relação entre coisas, o produto do trabalho humano passa a ser a intercessão entre as relações sociais, visto que o trabalho passa de elemento transformador da natureza (*e da própria natureza humana*) à produtor de valor, ainda que preserve (em alguns casos) o caráter de transformação da natureza.

Numa passagem longa, Marx aponta brilhantemente como as relações sociais se reconfiguram com o desenvolvimento das relações mercantis:



Caso se considere relações sociais que geram um sistema não desenvolvido de troca, de valores de troca e de dinheiro, ou às quais corresponde um grau pouco desenvolvido destes últimos, é desde logo claro que os indivíduos, embora suas relações apareçam mais pessoais, só entram em relação uns com outros como indivíduos em uma determinabilidade, como suserano e vassalo, senhor e servo etc., ou como membros de uma casta etc., ou ainda como integrantes de estamento etc. Na relação monetária, no sistema de trocas desenvolvido (e essa aparência seduz a democracia), são de fato rompidos, dilacerados, os laços de dependência pessoal, as diferenças de sangue, as diferenças de cultura etc. (todos os laços pessoais aparecem ao menos como relações *pessoais*); e os indivíduos *parecem* independentes (essa independência que, aliás, não passa de mera ilusão e, mais justamente, significa apatia – no sentido de indiferença), livres para colidirem uns contra os outros e, nessa liberdade, trocar. [...] A determinabilidade que, no primeiro caso, aparece como uma limitação pessoal do indivíduo por parte de um outro, aparece no segundo caso desenvolvida como uma limitação coisal do indivíduo por relações dele independentes e que repousam sobre si mesmas (Ibidem, p.111, Grifos do autor).

Marx apreende o giro que a relação mercantil generalizada imprime nos indivíduos, onde um tipo de relação de *dependência pessoal* torna-se uma forma acabada e predominantemente de *relação de dependência coisal*.

No entanto, a originalidade de Marx nesse texto consiste na sua capacidade de analisar o movimento do capital em sua totalidade ampliada e levar às *determinações últimas* esse movimento. O capital aparece como forma avassaladora de uma *destruição criativa* que se apropria do conteúdo do trabalho como uma *criação destruidora*.

Dois pontos são apontados como centrais na análise geral do movimento do capital, isto é, no capítulo do III, intitulado *capítulo do capital [reprodução e acumulação do capital]*. Tais movimentos, se tomássemos o estágio atual de desenvolvimento do capital, seriam determinadamente negativos, vejamos mais de perto:

No conceito mais simples do capital, têm de estar contidas *em si* suas tendências civilizatórias, etc.; não podem aparecer, tal qual nas teorias econômicas até aqui, como meras



consequências externas. Da mesma forma, é preciso demonstrar que neles já estão latentes as contradições posteriormente deliberadas (Ibidem, p. 338, Grifos do autor).

A primeira tendência aparece como esgotada de possibilidades nessa quadratura do desenvolvimento do capital, sobretudo pela manifestação da sua crise estrutural, que é o caráter civilizatório dessa forma social. A segunda é o elemento chave para entender o movimento na sua totalidade, i.e., as suas contradições internas, que já não estão necessariamente latentes, mas superexpostas pela mesma motivação.

Ao tomar como pressuposto a segunda tendência apontada, Marx, ao analisar a contradição entre a produção e a valorização, e constatar que, necessitando de uma abordagem mais imanente, totalizante, etc., aponta que:

Para abordar a questão mais de perto: há um limite, não à produção geral, mas a produção fundada no capital, e esse limite é duplo, ou melhor dizendo, é o mesmo limite considerado em duas direções. Aqui é suficiente mostrar que o capital contém uma limitação *particular* da produção – limitação que contradiz sua tendência geral de transpor obstáculos à produção – para desvelar o fundamento da *superprodução*, a contradição fundamental do capital desenvolvido; para desvelar, sobretudo, que ele não é, como acreditam os economistas, a forma *absoluta* para o desenvolvimento das forças produtivas – forma absoluta como forma da riqueza, coincide absolutamente com o desenvolvimento das forças produtivas. O próprio capital, contudo, corretamente entendido aparece como condição para o desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que elas necessitam de incitamento externo, incitamento que, ao mesmo tempo, aparece como seu freio. Disciplina das forças produtivas que se torna supérflua e incômoda a certo nível de seu desenvolvimento, da mesma forma que as corporações etc. Esses limites imanentes têm de coincidir com a natureza do capital, com suas próprias determinações conceituais essenciais (Ibidem, p. 339, Grifos do autor).

Por fim, consideramos que a análise de Marx não propõe uma substituição ou auto-contradição entre as formas de dominação. Antes, precisa-se ter claro que ambas, a dominação de classe e a dominação



impessoal da mercadoria, exercem suas legalidades relativas na sociabilidade burguesa. Ora Marx põe o acento em uma forma, ora em outra. O que unifica as diferentes perspectivas dadas pelas leituras da obra de Marx, é que para uma sociedade emancipada seria necessário pôr pelos ares ambas as formas de dominação.

Referências

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010a.

MARX, K. **Manuscritos econômicos –filosóficos**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010b.

MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010c.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011a.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011b.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

Recebido em 03 dez. 2021 | aceite em 06 dez. 2022

